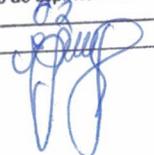




PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo  
Fla. 02  


Sooretama/ES, 30 de novembro de 2023.

**Ofício GAB nº. 453/2023.**

Assunto: Encaminha - Projeto de Lei

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo  
**PROTÓCOLO**

01 DEZ 2023  
Nº 1781/2023  
F# 

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, o presente Projeto de Lei que ***“altera a Lei Municipal Nº 726 de 2013 de criação e estrutura do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência de Sooretama, e dá outras providências”***.

Senhor Presidente e Senhores Edis, ao finalizar esta mensagem o faço com serena alegria, expressando aos senhores Representantes da Sociedade Sooretamense, votos de que sejamos todos iluminados por Deus que, em primeira instância, é quem nos inspira a construir uma sociedade melhor, nos orienta na consecução do caminho do bem-estar, bem gerir, bem legislar, bem participar, bem contribuir, e bem desenvolver.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos de alta estima e distinta consideração.

  
**ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI**  
**PREFEITO MUNICIPAL SOORETAMA-ES**

EXMO SR.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA – ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo

Fia \_\_\_\_\_

**PROJETO DE LEI Nº 176 DE 30 DE NOVEMBRO 2023.**

***ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 726 DE 2013 DE CRIAÇÃO E ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SOORETAMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DA CRIAÇÃO**

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sooretama – Espírito Santo, COMDIPED, no âmbito do Município de Sooretama/ES, órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de formular diretrizes, programas e políticas públicas relacionados com a promoção da melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de deficiência e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mesmas, de modo a assegurar-lhes a plena participação e igualdade nos planos político, econômico, social, cultural e jurídico.

§ 1º São considerados órgãos seccionais de apoio ao COMDIPED os órgãos ou as entidades da administração pública estadual e federal cujas atividades estejam associadas a proteção das pessoas portadoras de deficiência e promoção entre os gêneros.

§ 2º São considerados órgãos locais de apoio ao COMDIPED, os órgãos ou as entidades referidas no parágrafo anterior, no âmbito do Município de Sooretama/ES.

**Art. 2º** Caberá aos órgãos e as entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, desporto, turismo, lazer, à previdência social, assistência social, transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

**Art. 3º** Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Conforme art. 2º da Lei 13.146

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPETÊNCIA**

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem atuação com os seguintes objetivos:

I - elaborar planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes aos recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II - sugerir a promoção, em todos os níveis da Administração Pública Direta e Indireta, de atividades que visem ao resguardo dos direitos da pessoa com deficiência, possibilitando sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do município;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo

Fla. 05

VI - propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VII - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

VIII - avaliar anualmente o desenvolvimento da política Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua adequação;

IX - promover intercâmbio com órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais, visando à consecução dos seus objetivos e metas;

X - oferecer subsídios para elaboração ou reforma da legislação municipal referente aos direitos das pessoas com deficiência;

XI - implantar e manter atualizado um banco de dados onde sejam sistematizadas estatísticas com informações sobre as diversas áreas da deficiência e do respectivo atendimento prestado no município;

XII - elaborar o seu regimento interno.

**CAPÍTULO III**  
**DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Seção I**  
**Da Estrutura**

**Art. 5º** O COMDIPED será constituído por 08 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, sendo a sua formação paritária entre representantes do poder público municipal e representantes de organizações da sociedade civil, com a seguinte composição:

I - Representação Governamental:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

- a) 01 representante da Secretaria Municipal Do Trabalho, assistência Social e Cidadania;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

II - Representação da Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representantes das organizações ou entidades que atuam na área da pessoa com deficiência;
- b) 01 (um) representante da área de ensino superior ou técnico profissionalizante do setor público ou privado;
- c) 01 (um) representante dos usuários, que seja vinculado a organizações ou entidades (serviços, programas e projetos) que atua na área da pessoa com deficiência;
- d) 01 (um) representante de associação de moradores ou movimento que atuam no município.

**Art. 6º** Os representantes da sociedade civil serão eleitos em assembléia instalada especificamente para esse fim. Esse processo deve ser coordenado pela Comissão Eleitoral designada para esse fim e sob a supervisão do Ministério Público, garantindo a ampla participação de toda a sociedade.

**§ 1º** Cada titular do COMDIPED terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

**§ 2º** A titularidade da representação da sociedade civil e respectiva suplência serão exercidas pelas entidades/instituições e usuários com maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações definidas no art.5º, inciso II.

**§ 3º** Caso um dos segmentos da sociedade civil que, não se fizer representar no processo eleitoral, a vaga deste segmento será preenchida com representantes de outros segmentos da sociedade civil, conforme previsto em regimento interno do Processo Eleitoral.

**§ 4º** Os membros titulares e suplentes serão indicados, pelo representante legal dos segmentos de representação eleito.

**§5º** Em relação ao segmento de representação da sociedade civil previsto no art. 5º, II, a, somente será admitida sua participação desde que esteja juridicamente constituídas em regular funcionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Fls. 

**§ 6º** A representação da sociedade civil caracterizada no artigo 5º, inciso II, terá mandato de dois (02) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 7º** As funções dos membros do COMDIPED não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

**Seção II**  
**Do Funcionamento**

**Art. 8º** O COMDIPED terá seu funcionamento estabelecido por Regimento Interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

I - plenária como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente, quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

**§ 1º** O Conselho elegerá entre seus membros, por maioria de 2/3 (dois terços), o Presidente, Vice-Presidente e Secretário que, assim como os demais Conselheiros, terão mandato de dois anos.

**§ 2º** O presidente na suas faltas será substituído pelo vice-presidente e, na ausência deste, pelo Secretário.

**§ 3º** No caso da Gestão ser da representação da sociedade civil, o Presidente e o Secretário serão eleitos entres os titulares dos segmentos da sociedade civil, sendo o Vice-Presidente eleito dentre os titulares da representação governamental.

**§ 4º** No caso da Gestão ser da representação Governamental, o Presidente e o Secretário serão eleitos entres os titulares da representação governamental, sendo o Vice-Presidente eleito entres os titulares dos segmentos da sociedade civil

**Art. 9º** O COMDIPED terá a seguinte estrutura de funcionamento:

I - Diretoria Executiva:

a) Presidente;





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Fla. \_\_\_\_\_

- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;

- II - Plenária;
- III - Comissões Temáticas;
- IV - Grupos de Trabalho;
- V - Secretaria Executiva.

§ 1º A SEMTAC disponibilizará a Secretaria Executiva para atendimento ao COMDIPED, composta por secretário Executivo e Equipe Técnica, para dar suporte ao cumprimento das suas competências.

§ 2º A SEMTAC proporcionará ao COMDIPED condições para seu pleno e regular funcionamento, especialmente no que concerne à alocação de recursos humanos e material, prestar apoio técnico-operacional, inclusive financeiro e administrativo.

**Art. 10** Todas as matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo Regimento Interno, a ser elaborado no prazo de sessenta dias após a posse dos Conselheiros, prorrogável por igual período.

**Parágrafo único** O Regimento Interno, e suas alterações serão aprovados por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em sessão plenária, e posteriormente homologados pelo chefe do Poder Executivo.

**Art. 11** O COMDIPED deverá dispor de grupos de trabalho especializados como apoio técnico à sua ação consultiva.

**Art. 12.** O Presidente do COMDIPED, de ofício ou por indicação dos membros dos grupos de trabalho especializados, poderá convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimentos sobre matéria em exame.

**Art. 13.** O COMDIPED manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

**Art. 14.** Os atos do COMDIPED serão de domínio público e serão amplamente divulgados.

**Art. 15.** Perderá o mandato o Conselheiro que:





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

- I - desvincular-se do órgão da sua representação;
- II - faltar a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco (5) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;
- III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela comissão;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de infração penal ou crime de responsabilidade.

**Parágrafo único** – No caso dos incisos IV e V, a substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

**Art. 16.** Perderá o mandato a OSC que:

- I – não comprovar base territorial no Município;
- II - tiver constatado em seu funcionamento ilegalidade que torne incompatível sua representação no Conselho;
- III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

**Art. 17.** O COMDIPED realizará sob a sua coordenação uma Conferência Municipal conforme deliberação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se ampla divulgação.

**§ 1º** A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições elencadas o artigo 5º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo  
Fls. \_\_\_\_\_

§ 2º A Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência será convocada pelo Chefe do Poder Executivo no período de no mínimo trinta dias anteriores à data da Conferência.

**Art. 18.** Todas as decisões do COMDIPED serão deliberadas na forma prevista no regimento interno.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 726/2013



**ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

Câmara Municipal de Sooretama  
Estado do Espírito Santo

Fla. \_\_\_\_\_

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Estamos de retorno no oportuno momento com nossos respeitosos e cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, estendidos como o fazemos costumeiramente aos destacados Senhores Vereadores de todas as bancadas e siglas, quando trazemos até esta insigne Casa Legislativa para estudo, análise e apreciação, o Projeto de Lei, o qual, para maior elucidação à distinta edilidade, o faz acompanhar da seguinte

Nesta oportunidade estamos apresentando aos distintos Senhores Vereadores matéria de interesse social e de grande significado humano, porque trata da alteração de lei que criou o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão colegiado consultivo, deliberativo, fiscalizador, de caráter permanente, paritário vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Insta frisar que essa proposta de projeto de lei visa alterar as Lei Municipal nº 726/2013, tais alterações se fazem necessárias, tendo em vista a publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo imprescindível que a legislação municipal siga a mesma *mens legis*, ou seja, o mesmo espírito da lei federal – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, foram realizadas alterações nos sentido de incluir o conceito de pessoa com deficiência, de acordo com o previsto no Estatuto, outra alteração significativa foi no Capítulo da Estrutura e do Funcionamento, pois a legislação atual traz como representação governamental os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência Social, de Saúde, De Educação, de Esporte e Lazer, de Administração e de Obras e Infra Estrutura, sendo necessária a remodelação, haja vista que atualmente a Secretaria de Esporte e Lazer, está denominada como Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

No mesmo sentido também foram realizadas alterações na composição da representação da Sociedade Civil - OSC, sendo assim foi deliberado pelo conselho que ficará 02 (duas) vagas para representantes de OSC, entre essas vagas foi substituído por um representante do setor de ensino superior técnico e profissionalizante, foi mantido



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SOORETAMA**

o representante dos usuários vinculados a OSC devidamente registrado Assim sendo, ficam revogados os dispositivos da Lei municipal nº 726/2013, quando entrarem em vigor os novos dispositivos, uma vez aprovado o Projeto de Lei em tela.

Sem dúvida, Senhores Vereadores, a matéria deste Projeto de Lei é de suma importância e urgente a sua deliberação, haja vista que neste mês de abril estará tramitando o processo eleitoral deste Conselho.

Rogamos, pois, Senhores Vereadores uma atenção especial ao conteúdo deste Projeto de Lei, procurando analisar com cuidado todos os itens, para que tenham condições de apreciar e aprova esta matéria.

Sooretama/ES, 30 de novembro de 2023.

**ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA/ES**